



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
GABINETE DO DESEMBARGADOR JOÃO BENEDITO DA SILVA

ACÓRDÃO

APELAÇÃO INFRACIONAL Nº 0041086-31.2017.815.0011

RELATOR: Des. João Benedito da Silva

ORIGEM: comarca de Campina Grande – Vara da Infância e da Juventude

APELANTE: C.E.C.S

ADVOGADO: Marllon Laffit Torres Feitosa Passos

APELADO: Justiça Pública

APELAÇÃO INFRACIONAL. ATO ANÁLOGO AO ART. 157, 3º, SEGUNDA PARTE DO CP. RECURSO DEFENSIVO. PLEITO DE IMPROCEDÊNCIA DA PRETENSÃO MINISTERIAL QUANTO AO ATO INFRACIONAL EQUIPARADO A LATROCÍNIO. ALEGADA AUSÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO NO ASSASSINATO DA VÍTIMA. PREVISIBILIDADE DO RESULTADO MORTE. DECISÃO QUE SE MANTÉM. ABRANDAMENTO DA MEDIDA DE INTERNAÇÃO. GRAVIDADE DO ATO INFRACIONAL. NECESSIDADE DA MEDIDA EXTREMA. RECURSO DESPROVIDO.

Se o menor adere prévia, consciente e voluntariamente à empreitada de ato infracional que, diante das circunstâncias em que será perpetrado, poderá acarretar em resultado mais grave do que o pretendido, não pode eximir-se de seus previsíveis desdobramentos.

Diante da gravidade do ato infracional praticado, mostra-se necessária a imposição da medida socioeducativa mais gravosa.

Vistos, relatados e discutidos, os autos, acima identificados;

A C O R D A a Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, por unanimidade, em **NEGAR PROVIMENTO AO APELO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.**

RELATÓRIO

Trata-se de **Apelação Criminal** interposta por **C.E.C.S** (fl. 97 e 101/102) contra sentença prolatada pelo douto **Juiz de Direito da Vara Privativa da Infância e Juventude da comarca de Campina Grande** (fls.86, verso/87) que julgou procedente a Representação ajuizada pelo Representante Ministerial, aplicando à menor ora apelante a medida socioeducativa de internação, nos termos do art. 114, bem como do art. 122 e seguintes, todos da Lei 8.069/90, pela prática de ato infracional correspondente ao delito previsto no art. 157, § 3º, segunda parte do Código Penal.

A apelante, em suas **razões recursais** (fls.103/107), sustenta que não há, nos autos, prova que demonstre a sua participação na prática de ato infracional análogo ao crime de latrocínio, mesmo porque a confissão realizada pela mesma não pode fundamentar, exclusivamente, uma sentença condenatória, mais ainda por se tratar de pessoa em condição peculiar de desenvolvimento. Subsidiariamente, pleiteia a apelante a aplicação de medida mais branda que a internação.

Contra-arrazoando (fls.118/123), o representante do Ministério Público de primeiro grau sustenta a manutenção da sentença, já que se coaduna com as provas colhidas na instrução processual, bem como encontra-se correta no que se refere à aplicação da medida socioeducativa imposta.

Decisão mantida, fl.124.

A Procuradoria de Justiça exarou **parecer**, da lavra do Procurador Joaci Juvino da Costa Silva, fls. 130/137, requerendo o desprovimento da apelação. Sustenta, para isso, que o fato praticado pela adolescente, ora recorrente, é análogo ao crime de latrocínio, amplamente demonstrado por

todo o acervo probatório encartado.

É o relatório.

VOTO

O **Representante do Ministério Público** ofereceu Representação contra **S. O de S., C. E. C. S. e A.G.C.da S.** imputando-lhes a prática de ato infracional equiparado ao crime de latrocínio, previsto no **art. 157, § 3º, segunda parte, c/c art. 29, ambos do Código Penal**, por terem, no dia 07/09/2017, por volta das 00h e 30 min, juntamente com os também adolescentes J. A. A de L. e G. M dos S. S., mediante pluralidade de ações e unidade de desígnios, subtraído, mediante violência que resultou em morte, televisores, caixas com alimentos, tapetes, cortinas, dinheiro (R\$ 6.000,00), além do veículo Hilux, bens pertencentes à vítima Antônio Ferreira da Silva.

Extrai-se da inicial que, no referido dia, a vítima solicitou que seu motorista Edivaldo Queiroz da Silva fosse buscar as adolescentes representadas para a sua residência, onde manteria, com elas, como de costume, relações sexuais mediante o pagamento de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para cada uma.

Ocorre que, no dia do fato, as representadas resolveram assaltar a vítima e convidaram os também menores J. A. A de L., conhecido por “Tuiú” e G. M dos S. S, o “Daniel”, que ficariam responsáveis pela imobilização daquela enquanto estivesse dormindo.

Assim, descreve a peça acusatória, que, enquanto as menores C. E. C. S. e A.G.C.da S. mantinham relações sexuais com Antônio Ferreira da Silva, S. O de S. informava, através do Messenger do Facebook, a hora que os adolescentes deveriam ir a casa da vítima.

Em seguida, consta que, terminada a orgia e tendo a vítima adormecido, as menores abriram o portão da residência da vítima para que J. A. A de L. e G. M dos S. S entrassem, ocasião em que se dirigiram ao local onde a vítima dormia e anunciaram o assalto. Na sequência, após o ofendido ter tentado reagir, foi imobilizado e sufocado com um travesseiro pelo menor J. A. A de L., fato que provocou a sua morte.

Por fim, diz a Representação que os infratores, de posse dos bens subtraídos, fugiram do local utilizando o veículo da vítima e que caberia a cada uma das representadas a quantia de R\$ 1.000,00 (mil reais) pela participação do ato infracional, ficando o restante para os adolescentes.

Concluída a instrução criminal, o magistrado, reconhecendo a prática, pelos menores, de ato infracional análogo ao latrocínio (**art. 157, § 3º, segunda parte do CP**) aplicou às adolescentes **representadas (S. O de S., C. E. C. S. e A.G.C.da S.) a medida socioeducativa de INTERNAÇÃO**, nos termos do art. 114, 122 e seguintes, todos do ECA.

Inconformada, apenas a menor **C.E.C.S** recorreu da sentença.

Sustenta que não há, nos autos, prova que demonstre a participação da adolescente na prática de ato infracional análogo ao crime de latrocínio. Afirma que tanto os acusados como as testemunhas relataram que a menor ora apelante não contribuiu para a morte da vítima, já que **C.E.C.S** estava dormindo ao seu lado, tendo se retirado do local no momento em que os responsáveis pela morte daquela chegaram.

Assim, pleiteia a reforma da sentença para que seja reconhecida a improcedência da pretensão ministerial, ante a ausência de provas e, subsidiariamente, a aplicação de medida mais branda que a internação.

Passemos, então, a analisar as alegações defensivas, como também, os elementos do arcabouço probatório.

Constata-se, dos autos, que os adolescentes envolvidos tinham, inicialmente, a intenção de praticar uma subtração patrimonial em desfavor da vítima, o que foi planejado previamente, inclusive. Contudo, a consumação do ato infracional se deu de forma mais gravosa, com a morte de Antônio Ferreira da Silva, de modo que os adolescentes foram representados pela prática de ato infracional análogo ao crime de latrocínio.

Pela análise acurada dos autos, verifica-se que **a recorrente**, bem como as demais representadas, efetivamente planejaram o encontro, a entrada na residência da vítima, a forma para que esta adormecesse (ministraram o medicamento “Diazepam” no suco dela) e a consequente subtração dos bens que estavam em sua residência.

O depoimento da testemunha **Mário Crisolago Ribeiro de Andrade**, policial civil que participou da investigação do fato e da apreensão das representadas, foi enfático em afirmar que as menores infratoras afirmaram terem a intenção apenas de praticar o furto. Vejamos o seu relato em juízo (mídia fl. 84):

Que, na manhã do dia 07 de setembro, a Delegacia foi informada de que teria acontecido um latrocínio. Após diligências, chegaram às pessoas das representadas, bem como a do adolescente José Augusto, que confessou o fato e informou que imobilizou o ofendido, sufocando-o com o travesseiro, não sabendo, contudo que ele havia morrido, pois pensou que estivesse apenas desmaiado. Tal adolescente também relatou que foram as meninas que o convidaram para praticar o roubo, informando ainda a participação de Daniel. Que as meninas, na Delegacia, relataram todo o fato sem nenhuma dúvida, afirmando, contudo, que a intenção delas era apenas praticar o furto.

Descreveram ainda, segundo a testemunha, que convidaram para participarem do intento os também menores conhecidos por “Tuiú” e Daniel. Segundo as representadas, enquanto os dois rapazes estavam no quarto imobilizando a vítima, aquelas foram aos outros cômodos fazer uma “varredura” em busca de objetos e do dinheiro que sabiam ali existir. Que “Tuiú” havia ficado em um terreno baldio ao lado da residência, até elas comunicarem que o cidadão estava adormecido, foi quando elas abriram a porta, e os rapazes entraram, segundo se extrai do depoimento deles, prestados perante a autoridade policial. (Sublinhei)

Por sua vez, **Yuri Xavier Vasques**, agente também responsável pela apuração do caso, descreveu, segundo os relatos que ouviu dos menores, à época, como se deu a empreitada infracional (CD-ROM, fl. 84):

Que o próprio “Tuiú”, o José Augusto, foi quem informou a participação das representadas. Que as menores se apresentaram à Delegacia, pois alegaram estar sendo ameaçadas. Que elas relataram, com detalhes, tudo que aconteceu no dia do fato. Segundo elas, quem planejou tudo foi Samara e “Tuiú”. Que os rapazes entraram na casa, em um determinado momento, pela porta, que ficaria aberta, conforme combinado previamente. Que os envolvidos mantinham contato em tempo real pelo Facebook. Que “Teo”, apelido de Grazielle, e “Manu”, como era conhecida a Clarisse, ficaram no quarto até a vítima adormecer, enquanto Samara estava do lado de fora. Por fim, informou que restou, a cada uma das meninas, a quantia de R\$ 1.000.00 (mil reais), objeto do furto.

Vejamos o depoimento testemunhal do motorista da vítima Antônio Ferreira da Silva sobre o que aconteceu no dia do ato infracional correspondente ao crime ora apurado:

Que era motorista da vítima e que, no dia do fato, as meninas, ora representadas, ligaram para aquela. Que a testemunha os deixou na casa da vítima e em, seguida, foi embora. Que, posteriormente, quando chegou ao local, encontrou o carro do IML. Que fazia um mês que as meninas frequentavam a casa da

vítima. Que várias pessoas sabiam que as menores estavam na casa de seu Antônio, e que a polícia já sabia sobre elas. Que Antônio não fumava nem bebia, há muitos anos. Que ficou sabendo que a vítima tinha sido sufocada por um travesseiro.

A própria apelante confirma, em parte, a prática do ato infracional, afirmando, contudo, só ter ficado sabendo da morte da vítima no dia seguinte, através dos boatos das pessoas e da própria imprensa. Vejamos as suas declarações prestadas em juízo (fl. 63):

Que confessa que subtraíram os objetos da casa do senhor Antônio, mas não foram responsáveis pela morte desta. Que conhece a vítima há cerca de seis meses através de uma moça chamada Ingrid. Que as três representadas iam frequentemente à casa de Antônio, após o motorista ir pegá-las. Que tinham relações sexuais com a vítima em função do dinheiro que recebiam. Descreveu que uma das representadas teve a ideia do roubo, e as três concordaram. Que foram ficando com raiva dela, vítima, porque ele abusava das meninas e as ameaçavam. Que combinaram tudo dentro da casa de Antônio e ficaram se comunicando com “Tuiú” pelo telefone. Continua relatando que colocaram “diazepam” amassado no suco dele, mas quem acabou tomando foi ela, a declarante, que acabou dormindo junto com ele, vindo a acordar apenas quando os dois meninos chegaram na casa. Informou que, quando saiu do quarto, foram, ela e as outras representadas, pegar as coisas na casa e colocar no carro, sendo que seu Antônio havia ficado no quarto, dormindo. **Que não sabe quem matou a vítima.** Que, dos objetos subtraídos, os meninos só deram o dinheiro às representadas, mil reais para cada uma. Que só soube da morte da vítima pelos boatos e pela televisão, e não tinha, tanto ela como as outras, intenção de matar a vítima. Que quando saiu do quarto, não viu mais nada.

(C. E. C. S.) (DESTAQUES DE AGORA)

As outras representadas também confirmaram que participaram da subtração dos objetos do interior da residência de Antônio, juntamente com a recorrente, mas que não planejaram nem tinham conhecimento da morte dele. Observam-se os seguintes trechos:

Que confirma que, junto com Clarisse e Samara, fizeram “o rapa” na casa de Antônio Ferreira. Que já havia saído com a vítima várias vezes para ter relação sexual mediante pagamento. Que decidiram fazer “o rapa” na residência dele, pois estava com raiva de “Toinho”, mas só queriam roubar, não tinham a intenção de matá-lo. Que foi da representada a ideia da conduta, tendo ela própria ligado para a vítima e combinado com as outras adolescentes, bem como com os menores, como se daria todo o evento. Relatou que tudo foi planejado. Que estavam no quarto e viram quando “Tuiú” entrou, já que o portão tinha ficado aberto. Descreveu que o menor anunciou o assalto e, enquanto “Tuiú” estava no quarto com a vítima, as meninas saíram para retirar os objetos. Somente no dia seguinte foi que souberam que a vítima tinha morrido.(Destaquei)

A. G. C. da S., mídia audiovisual fl. 42.

Que confirma a prática dos fatos descritos na denúncia. Que, enquanto as meninas estavam fazendo o arrastão na casa, os adolescentes “tratavam” de seu Antônio no quarto. Ocorre que só souberam da morte da vítima pela televisão, pois um dos adolescentes tinha falado que ela, a vítima, tinha ficado desmaiada na cama. Que já conhecia a vítima, através de uma amiga, há cerca de 5 ou 6 meses. Que chegaram a ir várias vezes a casa da vítima, para ter relações sexuais em troca de R\$ 50,00. Que seu Antônio abusava muito delas e, as vezes, não queria pagar. Que, em outras ocasiões, ele queria ter relações com Clarisse a força. Que, ela, a declarante, foi criando muito nojo da vítima, e, a partir daí, as três meninas planejaram tudo, juntamente com “Tuiú” e o comparsa arranjado por ele. Que o combinado entre eles apenas era que adormecer a vítima e fazer um arrastão na casa. Que, enquanto a vítima abusava de Clarisse, ela, a declarante e Grazielle colocaram o comprimido de Diazepam esmagado no suco dele, tendo a “Manu” também tomado o suco e adormecido do lado dele também. Que ela, a declarante, e Grazielle estava em contato com “Tuiú”, para fazer o arrastão. Que os meninos chegaram no quarto, e Clarisse, juntamente com ela e Grazielle, saíram para fazer o arrastão, enquanto a vítima ainda dormia. Relata que não viu a morte de Antônio e que levaram vários objetos, que foram revendidos. Que o menor

saiu dirigindo o carro, com ela, a declarante, e Grazielle, e que “Manu”, como Clarisse era conhecida, foi com “Tuiú” a pé. Que as três, Samara, “Teo” – Grazielle e “Manu” – Clarisse foi quem fizeram “o rapa”. Que as meninas ficaram com R\$ 1.000,00, cada uma, e o restante ficou com os outros meninos. Que só descobriu que Antônio estava morto, no outro dia, através de boatos e pela reportagem na televisão. Que não viram nada da morte.(Sublinhei)

S. O. de S., CD-ROM, fl. 42

Conforme se deduz do teor nos depoimentos e declarações prestadas em juízo, há elementos que demonstram que a menor/recorrente não possuía o *ánimus* de ceifar a vida a vítima, mas, tão somente, a intenção de subtrair-lhes os bens. No entanto, há importantes ressalvas a serem feitas, acerca do crime pelo qual fora equiparado o ato infracional em tela.

Ensina a doutrina que o latrocínio é uma das hipóteses de delito qualificado pelo resultado, que se configura pela presença de dolo na conduta antecedente (roubo) e dolo ou **culpa na conduta subsequente**.

Pois bem.

Os delitos praticados nos moldes dessa segunda hipótese (culpa na conduta subsequente) são classificados pela doutrina como *preterdolosos* ou *preterintencional*. Nas lições de Cesar Bitencourt, os crimes preterdolosos são aqueles em que “o resultado total é **mais grave do que o pretendido pelo agente**”. Em arremate, o doutrinador destaca que, nos crimes dessa natureza, “o agente quer um *mimus* e produz um *majus*”. (BITENCOURT, Cesar. **Tratado de Direito Penal – Parte Geral 1**. 2013, p.281)

Imperioso destacarmos que a doutrina e a jurisprudência pátria distinguem a culpa inconsciente da culpa consciente. Nessa segunda modalidade, conforme os ensinamentos de Fernando Galvão, “o resultado é

previsto pelo agente, mas este espera levemente que o resultado não ocorra". Afirma, ainda, que, nessa modalidade culposa, o autor, *"embora preveja a possibilidade da ocorrência do resultado lesivo, com este não concorda"*. (GALVÃO, Fernando. **Direito Penal – Parte Geral**. 2007. 2ª ed, p. 186)

Convergindo com esse Entendimento, Bitencourt afirma que, fica caracterizada a culpa consciente, quando o agente o agente conhece a perigosidade de sua conduta:

"(...) Há culpa consciente, também chama da de culpa com previsão, quando o agente **conhece a perigosidade de sua conduta**, representa a produção do resultado típico tido como possível (previsibilidade), mas age deixando de observar a diligência a que estava obrigado, porque confia convictamente que ela não ocorrerá (...)"
(BITENCOURT, Cesar. **Tratado de Direito Penal – Parte Geral 1**. 2013, p. 382)

Nessa vertente, podemos concluir que, se o agente decide participar de determinado delito de roubo, e tem consciência de que a realização deste crime, ante suas circunstâncias, pode acarretar em consequências mais drásticas do que a pretendida, não deverá ser isento da culpa em caso de eventual morte da vítima.

Neste sentido:

PENAL. ART. 157, § 3º, IN FINE, DO CPB. RECONHECIMENTO DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA DE COOPERAÇÃO DOLOSAMENTE DISTINTA. INVIABILIDADE. PREVISIBILIDADE DO RESULTADO MORTE. APELO CONHECIDO E IMPROVIDO. REDIMENSIONADA A PENA DE OFÍCIO. 1. **Se o coautor adere prévia, consciente e voluntariamente à empreitada criminosa, e, também, as circunstâncias de que a subtração patrimonial se dará mediante grave ameaça e emprego de arma, chegando, inclusive, a tratar**

sobre a divisão da vantagem auferida, não pode eximir-se de seus previsíveis desdobramentos. 2. O roubo com morte (latrocínio) é delito qualificado pelo resultado, sendo que este plus pode ser imputado na forma de dolo ou de culpa. 3. Apelo conhecido e improvido. Redimensionada a pena de ofício. (Processo nº 0000569-91.2007.8.10.0069 (124906/2013), 2ª Câmara Criminal do TJMA, Rel. José Luiz Oliveira de Almeida. j. 07.02.2013, unânime, DJe 01.02.2013).

No caso em comento, entendo que a menor/recorrente agiu com dolo na conduta e **culpa consciente** no resultado, razão pela qual deve ser responsabilizada pelo evento que culminou na morte da vítima, vez que, no momento em que consentiu e colaborou com a entrada dos adolescentes na casa do ofendido, para vigiá-lo enquanto dormia, durante a prática do ato infracional análogo ao crime de roubo, lhe era completamente previsível que ele, ofendido, acordasse e eventualmente reagisse para se proteger dos invasores, correndo o risco de ser assassinado por eles, o que de fato veio a ocorrer.

Assim, apesar de não restar demonstrado, nos autos, que a recorrente possuía o *ánimus* de ceifar a vida da vítima, sua conduta imprudente, consistente em convidar os adolescentes para a prática do ato infracional análogo ao roubo e delegá-los a missão de vigiar a vítima adormecida, se acopla ao ato infracional narrado no procedimento ministerial (análogo ao crime de latrocínio), porquanto lhe era perfeitamente previsível que evento desencadeasse para o assassinato do ofendido.

Dessa forma, imperiosa a manutenção do *decisum*.

Quanto ao pleito subsidiário que pugna pelo abrandamento da medida socioeducativa, este também é descabido.

É que o art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA

autoriza a imposição da medida socioeducativa de internação nas hipóteses de ato infracional praticado com grave ameaça ou violência contra a pessoa, como ocorreu no caso em comento.

Art. 122. A medida de internação só poderá ser aplicada quando:

I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa;

II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves;

III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

Ademais, considerando-se a gravidade do ato infracional praticado pela adolescente e a necessidade de responsabilizá-la pelo referido ato, entendo que a reprimenda aplicada mostra-se a mais adequada tanto para a ressocialização como para sua proteção.

Forte nessas razões, **NEGO PROVIMENTO AO APELO.**

É como voto.

Presidiu o julgamento o Excelentíssimo Senhor Desembargador João Benedito da Silva, decano no exercício da Presidência da Câmara Criminal e relator, dele participando os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Márcio Murilo da Cunha Ramos (1º vogal) e Marcos William de Oliveira (convocado até o preenchimento da vaga de Desembargador, 2º vogal). Ausente, justificadamente, os Desembargadores Carlos Martins Beltrão Filho e Arnóbio Alves Teodósio.

Presente à sessão o Excelentíssimo Senhor Amadeus Lopes Ferreira, Promotor de Justiça convocado.

Sala de sessões da Câmara Criminal “Des. Manoel Taigy de Queiroz Mello Filho” do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 19 de julho de 2018.

Des. João Benedito da Silva
RELATOR

